



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

The background of the cover is a close-up photograph of a wooden surface with a vertical grain. A thick, braided rope, composed of light and dark grey strands, is wrapped around a vertical post in the center. The rope's texture is clearly visible. A dark grey, semi-transparent curved shape is positioned in the upper left, containing the author's name. Another larger, dark grey curved shape is at the bottom, containing the title and publisher information.

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A185 Ações e implicação para a (ex) inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-17-1

DOI 10.22533/at.ed.171200403

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O que significa “educar”? Para muitos autores no campo da Educação sua forma e aplicação é de diferentes maneiras, na compreensão dos diversos processos que envolvem a aprendizagem, o ensino, a transmissão, a socialização. Sabemos que a educação não se dá apenas na escola – instituição que segue um certo tipo de comunicação e de relação com a autoridade (escolar) preocupada com as possibilidades de progressão linear de estudantes (de uma classe para outra). Passar por novas experiências na forma de aprender-e-ensinar, experiências pluridirecionais de transmissão, não apenas naquela tradicional de professor-aluno, sendo o aluno um receptáculo, a incorporação de outros saberes ao currículo, dinâmicas contemporâneas de processos educativos são alguns temas que têm mobilizado pesquisas no campo da Educação. Este e-book “Ações e Implicação para a (Ex) Inclusão 2”, dedicado ao tema “Educação e questões de como se organiza em torno de reflexões acerca do fazer científico e da relação entre dois campos Exclusão e Inclusão. Os artigos aqui reunidos fazem pensar sobre o lugar que assume o método e os pressupostos epistemológicos na produção das questões que envolvem objetos que tocam aos dois campos tanto na perspectiva da interação/aproximação, quanto na perspectiva das fronteiras teórico-conceituais. Discutem, em diferentes perspectivas, como a (Ex) Inclusão e a suas diferentes abordagens constituem importantes aportes teóricos e metodológicos para a produção de conhecimento fundado na transformação de formas de investigação e de outras possibilidades de enunciação. As experiências de campo, pesquisas originais desenvolvidas em diferentes contextos sobre processos educativos/culturais diversos, nos convida a refletir sobre o que o conhecimento “aproximado” da realidade pode nos revelar sobre o Outro e sobre Nós mesmos.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em Ações e Implicação para a (Ex)Inclusão 2.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR PARA POTENCIALIZAR O PROCESSO DE BRINCAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Fabiane Araujo Chaves Thacio Azevedo Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.1712004031	
CAPÍTULO 2	11
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Edivaldo Lubavem Pereira Eduardo Gonzaga Bett	
DOI 10.22533/at.ed.1712004032	
CAPÍTULO 3	24
A REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ivan de Oliveira Silva Silvia Carbone Denise de Almeida Robson Paz Vieira Franklin Portela Correia	
DOI 10.22533/at.ed.1712004033	
CAPÍTULO 4	32
A INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DO NOME SOCIAL POR ALUNOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS MENORES DE IDADE	
Cilene Angelica Peres	
DOI 10.22533/at.ed.1712004034	
CAPÍTULO 5	53
ALUNOS COM AUTISMO O RECONHECIMENTO DE SUAS IDENTIDADES NA CONCEPÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	
Marco Antonio Serra Viegas	
DOI 10.22533/at.ed.1712004035	
CAPÍTULO 6	65
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Sonia Ribeiro de Lima Solange de Castro Elisabeth Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.1712004036	
CAPÍTULO 7	74
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM UM ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO	
Silvia Raquel Schreiber Boniati Idorlene da Silva Hoepers	

CAPÍTULO 8 87

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR: VIVENCIANDO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Judith Mara de Souza Almeida

Luana Tillmann

DOI 10.22533/at.ed.1712004038

CAPÍTULO 9 95

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERTADO AOS ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM

Patrícia Siqueira dos Santos

Eleny Brandão Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.1712004039

CAPÍTULO 10 108

ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edivaldo Lubavem Pereira

Eduardo Gonzaga Bett

Piery Teza

Tatiani Fernandes Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.17120040310

CAPÍTULO 11 119

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Silvia Cristina Pereira dos Santos

Renata Souza Vogas

Cintia Soares Romeu

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040311

CAPÍTULO 12 132

AValiação e IMPLICAÇÕES PSICOMOTORAS EM ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto

Jair Lopes Junior

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

DOI 10.22533/at.ed.17120040312

CAPÍTULO 13 140

CONCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE A INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO PAEE

Camila Elidia Messias dos Santos

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Kátia de Abreu Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.17120040313

CAPÍTULO 14	149
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: ATIVIDADES LÚDICAS APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	
<p>Jôsi Mylena de Brito Santos Larissa Gonçalves Moraes João Carlos dos Santos Duarte Natália Cristina de Almeida Azevedo Erika da Silva Chagas Vânia Silva de Melo</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040314	
CAPÍTULO 15	160
ENTRE ATOS E FATOS: DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL A CONSCIENTIZAÇÃO HUMANÍSTICA EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO	
<p>Isadora Polvani Barbosa Lucy Verônica Mendes Garcia David Marcio Roberto Ghizzo</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040315	
CAPÍTULO 16	169
ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA NUMA ESCOLA DO CAMPO: APRENDIZADOS E DESENVOLVIMENTOS MÚTUOS	
<p>Caroline Boaventura Czelusniak Roger Alloir Alberti José Alexandre de Lucca</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040316	
CAPÍTULO 17	178
DO PIQUE PEGA ÀS GARGALHADAS: APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS	
<p>Lívia Mello Lopes de Almeida</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040317	
CAPÍTULO 18	189
INCLUSÃO E PERTENCIMENTO: APROPRIAÇÕES DE HISTÓRIAS EM UM AMBIENTE DE ESCOLARIZAÇÃO	
<p>Caroline Boaventura Czelusniak Roger Alloir Alberti José Alexandre de Lucca</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040318	
CAPÍTULO 19	201
POSSIBILIDADE RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFRS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<p>Cláudia Terra do Nascimento Paz Cláudia Medianeira Alves Ziegler</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040319	
CAPÍTULO 20	211
PARATY: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL	
<p>Waleska Souto Maia</p>	

Mariana Roque Lins da Silva
Erica Silvani Souza
Isabel Rodrigues Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.17120040320

CAPÍTULO 21 220

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EM COMUNIDADES QUILOMBOLA E PESQUEIRA

Mequias Pereira de Oliveira
Odinilton Pacheco de Deus
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.17120040321

CAPÍTULO 22 234

CONCEPÇÕES DE PAIS COM FILHOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO SOBRE O ENTENDIMENTO DOS PAIS ACERCA DAS
DEFICIÊNCIAS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Marcelo Marques de Araujo
Elizabeth Cardoso Gerhardt Manfredo
Isabel Lopes Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040322

CAPÍTULO 23 248

AMARRAS E ARMADILHAS DO CURTA DE ANIMAÇÃO *CUERDAS*

Lidnei Ventura
Simone De Mamann Ferreira
Klalter Bez Fontana

DOI 10.22533/at.ed.17120040323

CAPÍTULO 24 258

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INCLUSÃO DE SURDOS NA UNIVERSIDADE A
PARTIR DO EVENTO ARTES & LIBRAS EM CICLO

Natália Schleder Rigo
Bianca de Oliveira
Érica Caléfi

DOI 10.22533/at.ed.17120040324

CAPÍTULO 25 276

EDUCAÇÃO SEXUAL: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A (EX)INCLUSÃO DA
SEXUALIDADE, DO CORPO E DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa
Andreza De Souza Fernandes
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.17120040325

SOBRE A ORGANIZADORA.....	300
ÍNDICE REMISSIVO	301

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Data de aceite: 20/02/2020

Data de Submissão: 12/01/2020

Silvia Cristina Pereira dos Santos

Universidade Federal Fluminense, Escola de
Enfermagem Aurora de Afonso Costa
Niterói - Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Educação de Duque de
Caxias - Coordenadoria de Educação Especial
Duque de Caxias - Rio de Janeiro
Orcid 0000-0002-1612-3334

Renata Souza Vogas

Secretaria Municipal de Educação de Duque de
Caxias - Coordenadoria de Educação Especial
Orcid 0000-0003-2519-7439

Cintia Soares Romeu

Secretaria Municipal de Educação de Duque de
Caxias - Coordenadoria de Educação Especial
Duque de Caxias - Rio de Janeiro
Orcid 0000-0002-8479-0614

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

Universidade Federal Fluminense, Escola de
Enfermagem Aurora de Afonso Costa
Niterói - Rio de Janeiro
Orcid 0000-0003-4488-4912

RESUMO: O presente trabalho traz a ação pedagógica no Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD), parte do Atendimento Educacional Especializado, realizado no

município de Duque de Caxias, conforme prevê a atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O relato em tela, fundamenta-se nas políticas públicas, considerando o direito à educação presente em diversos documentos oficiais, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8069 de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996 (LDBEN). E fundamenta-se de igual modo, em alguns autores, como Redig e Souza, que apontam a importância da elaboração de um planejamento educacional especializado (PEI) como documento para a organização de um APD. O atendimento ocorreu na moradia de uma estudante, de acordo com suas condições clínicas de saúde. Desse modo, o planejamento se deu com vistas a oferecer um atendimento pedagógico de forma lúdica, utilizando o mundo da fantasia, como continuidade de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. O estudo do referido caso, evidenciou avanços significativos no desenvolvimento da aluna. Também mostrou a escassez de estudos científicos que aprofundem as discussões acerca do funcionamento desta modalidade no âmbito da Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Pedagógico Domiciliar, Educação Especial, Inclusão.

Abstract: The present work brings the pedagogical action in the Home Pedagogical Attendance (HPA), part of the Specialized Educational Attendance, held in the municipality of Duque de Caxias, according to the current Special Education Policy in the Inclusive Education Perspective. The present report is based on public policies, considering the right to education present in several official documents, such as the Federal Constitution of 1988, Law No. 8069 of 1990 and Law of Education Guidelines and Bases No. 9394. 1996 (LEGB). It is also based on some authors, such as Redig and Souza, who point out the importance of elaborating a specialized educational planning (SEP) as a document for the organization of an HPA. The service took place at a student's home, according to her clinical health conditions. Thus, the planning took place with a view to offering a pedagogical care in a playful way, using the fantasy world, as a continuity of its learning and development process. The study of this case showed significant advances in student development. It also showed the scarcity of scientific studies that deepen the discussions about the functioning of this modality in the scope of the Basic Education.

KEYWORDS: Home Pedagogical Care, Special Education, Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Considerando o direito à educação presente em diversos documentos oficiais, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei nº 8069 de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996 (LDBEN), que em suas nuances garantem a toda criança o direito do acesso ao ensino, tem-se o Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) como um suporte de atendimento para crianças e adolescentes que permanecem afastados dos bancos escolares em função de suas condições de saúde, temporária ou permanentemente.

Amparado por tais documentos norteadores, dentre outros, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, pautado na ideia que Educação é um direito de todos, a Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU de 1990 e a publicação do Ministério da Educação de 2002, com estratégias e orientações para as Classes Hospitalares e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, conforme cita Redig e Souza (2016), a ideia central do APD é:

Elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que se encontram impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas, por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral. (BRASIL, SEESP/MEC, 2002, p. 13).

As autoras trazem ainda os apontamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) que em seus artigos, embora relacionado a toda Educação Básica, conferem responsabilidade à Educação Especial, no dever de ofertar o serviço de APD como uma modalidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando se tratar do público alvo da Educação Especial, o que define bem todo relato deste trabalho, por se tratar de dados e ações pedagógicas construídas a partir do atendimento realizado a uma aluna da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, com deficiências múltiplas.

A LDBEN atribui no artigo 23 ao poder público a responsabilidade de garantir o direito à educação a todos os indivíduos e criar formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino e em seu artigo 58, a responsabilidade com os alunos com necessidades educacionais especiais e a incumbência de assegurar organizações específicas de forma a atender as suas necessidades, como nos currículos, métodos, técnicas e recursos educativos.

A Resolução do CNE/CEB nº 02 de 11 de Setembro de 2001, em seu artigo 13, caracteriza que mediante ação integrada com os sistemas de saúde, os sistemas de ensino devem prever e organizar o atendimento educacional especializado aos alunos impossibilitados de frequentar o espaço escolar por motivos de saúde que demande internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

Ainda tratando de termos legais, encontramos na Resolução nº 4, de 2009 (BRASIL. CNE/CEB, 2009), em seu artigo 6º, conforme aponta Vieira (2017), na instituição das Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, ratificando a oferta do APD pela Educação Especial nos sistemas de ensino, logo, o APD em muitos municípios do Brasil se configura como uma modalidade do Atendimento Educacional Especializado.

Redig e Souza (2016) afirmam, em consonância com a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto 7.611 (BRASIL, 2011), que o AEE representa o suporte específico aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e /ou altas habilidades, cujo objetivo principal é a acessibilidade ao conhecimento. Tais documentos discorrem ainda sobre a importância de medidas que consolidem ainda mais os ideais de acesso e inclusão educacional, além de defenderem adoção de estratégias de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o pleno desenvolvimento do educando.

No município a que se refere este relato, o APD teve início no ano de 2016, vinculado a Coordenadoria de Educação Especial (CEE), sob os cuidados da Secretaria Municipal de Educação (SMEDC), como parte do Programa de Deficiências Múltiplas. A saber, o município de Duque de Caxias, está situado na

Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, e é dividido em quatro distritos, distantes geograficamente entre si.

Em 2017, tivemos a oportunidade de estar mais dedicados à estrutura e ao funcionamento do APD, com vistas à ampliação e maior visibilidade do atendimento em toda a rede, em parceria com o atendimento pedagógico hospitalar, presente na Brinquedoteca do Hospital Infantil Ismélia da Silveira, há pelo menos oito anos, também sob os cuidados das referidas secretaria e coordenadoria. Foi possível perceber a ausência de conhecimento da própria comunidade escolar, acerca da existência do atendimento.

Atualmente a Coordenadoria de Educação Especial, atende 2.566 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e/ou altas habilidades e, especificamente 14 estudantes que são do APD.

Para realizar este trabalho, é necessário utilizar estratégias personalizadas, já que cada estudante possui limitações muito específicas. E é justamente por isso que é necessário conhecer o histórico de cada criança, entrevistar a família e construir a cada dia o vínculo necessário para que o trabalho seja desenvolvido de modo eficaz, uma vez que o espaço utilizado é a casa do aluno, e não a escola.

O relato aqui referido, não retrata o desenvolvimento de uma turma, mas de forma muito gratificante e peculiar, trata-se de uma vida, uma aluna, a quem chamaremos aqui, carinhosamente, de Lavínia. Alguém que por possuir a síndrome Q 67.4 – cujo conceito é designado por Deformidades osteomusculares congênitas da cabeça, da face, da coluna e do tórax, passou por 2 (duas) cirurgias cranianas com menos de 1 ano de vida. Trata-se de uma criança, que precisou ainda com 2 (dois) anos, lutar para continuar respirando, e que mesmo após vencer vários obstáculos, ainda possui fragilidades que comprometem sua saúde, não estando ainda em condições de saúde ao convívio no espaço escolar.

Lavínia é o retrato de uma menina com o cognitivo preservado, com uma vontade esperançosa em avançar e desenvolver, e o mais importante, ela demonstra sonhar, sonhos grandes, sem medo de voar. Lavínia arrisca buscar mais, querer mais e aprender mais.

No momento a estudante tem Home Care, é atendida por diversos profissionais da saúde, que permitem que haja um trabalho de parceria, como: Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Enfermeira, Médico e especificamente no caso do técnico de enfermagem, na escala são 3 (três) profissionais, que são revezadas, de modo que Lavínia esteja sob os cuidados da técnica durante 24 horas.

Mesmo com este histórico clínico e social, percebemos grandes potencialidades, nas quais estamos investindo. Dentre elas, destacam-se a aprendizagem de leitura e escrita, a construção de conceitos e significados e, o desenvolvimento da fala.

2 | OBJETIVOS

- Propiciar o desenvolvimento escolar de estudantes impossibilitados, temporária ou permanentemente, de frequentar a unidade escolar por motivos de saúde, através de atividades lúdicas, de contos, histórias infantis e teatro vivo com vistas ao desenvolvimento e aprendizagem desse alunado;
- Viabilizar a inclusão do estudante atendido no APD no ambiente escolar após alta médica;
- Promover a articulação entre o APD, o AEE e o ensino regular na unidade escolar do estudante.

3 | DESENVOLVIMENTO

No que concerne ao presente relato, o atendimento acontece no espaço da residência da estudante como orientam os documentos norteadores. O tempo é limitado (2h em cada dia) e o atendimento sempre depende das condições em que o aluno se encontrar. No ano de 2017, Lavínia foi atendida, duas vezes por semana, de acordo com suas possibilidades. Lavínia é moradora do 1º Distrito no Município, considerado como Centro de Duque de Caxias, fato este que melhor viabilizava seus encontros com a professora do APD.

Embora Lavínia se encontrasse na fase da Educação Infantil, a mesma nunca havia frequentado à escola. Uma das premissas para que ocorra o APD na Rede Municipal de ensino de Duque de Caxias, é que este aluno esteja matriculado na rede pública de ensino. Deste modo, toda atividade desenvolvida com este aluno é baseada no planejamento da turma em que este aluno foi matriculado.

Como Lavínia não tinha vida escolar até o início do APD, o trabalho inicial se deu com a Unidade Escolar e por conseguinte, de forma a conhecer melhor a aluna para construção do planejamento que melhor atenderia a estudante, verificar durante quanto tempo era possível realizar as aulas domiciliares por dia e avaliar seu desenvolvimento cognitivo e, até mesmo, verificar se seriam necessárias adaptações não só ao acesso, mas também para a própria construção de conceitos.

Para Redig e Souza (2016), é importante a elaboração de um planejamento educacional especializado (PEI) como documento para a organização de um APD no escopo do AEE, de acordo com o ano de escolaridade do estudante, para que a partir dos objetivos traçados, o sujeito possa acompanhar os conteúdos da turma em que está matriculado.

Apesar de não haver, na rede de ensino a que nos referimos, diretrizes próprias para o oferecimento do APD, todas as ações foram pautadas nas orientações para o AEE, logo, para a avaliação inicial da estudante, tomou-se por base de fundamentação,

além dos documentos propostos pela CEE/SMEDC (Roteiro Investigativo e PEI), a proposta pedagógica da Educação Infantil da rede municipal de ensino, utilizando então a contação de histórias e analisando, se Lavínia conseguia reproduzir nos desenhos o que foi trabalhado. Um dos recursos explorados para observar os aspectos relacionados à atenção e ao cognitivo foi solicitar ao final das atividades, que Lavínia montasse a história com início, meio e fim.

No primeiro contato com Lavínia, assim como todos os outros alunos do APD, foi necessário realizar uma entrevista com a família, um processo de diagnóstico das habilidades e fragilidades da aluna, para a partir daí planejar os próximos passos, esse primeiro contato se deu a partir do mês de abril de 2017. Redig e Souza (2016) apontam em seus relatos, um fato que também foi possível verificar em nossas ações: que tal distanciamento da escola, faz com que a estudante e a família fiquem excluídas dos acontecimentos acadêmicos da Unidade Escolar, logo, o APD é um instrumento de aproximação desta realidade com suas intervenções, ora no espaço domiciliar, ora no espaço educacional.

Através de visitas periódicas a esta unidade escolar e à turma em que Lavínia foi matriculada, por parte do professor do APD, conseguimos estabelecer vínculos entre o currículo que ocorre na escola e o trabalho efetuado na residência da estudante. Deste modo, no momento em que for possível a frequência da aluna à escola, sua inclusão ocorrerá da melhor forma possível.

A fim de propor as atividades de forma lúdica, foram organizados alguns materiais que facilitassem a estrutura dos atendimentos realizados na casa da aluna, sendo estes: tapete de histórias, com diversos personagens de contos infantis; livros de histórias; materiais concretos que facilitassem a compreensão e fantasias para teatro vivo. Nesse contexto, pensando no processo de planejamento das ações, Freire (2011), em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, propõe uma reflexão a respeito da conduta do profissional ao afirmar que o educador precisa mover com clareza na sua prática, conhecendo as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática. Tal atitude tornará este profissional mais seguro no seu desempenho.

Assim, as etapas do trabalho pedagógico foram sendo organizadas de forma processual, avaliando sempre o desenvolvimento da aluna. Nesse contexto, os materiais e as atividades foram selecionados de acordo com os avanços que Lavínia apresentava. E a partir do próprio interesse da aluna, foi explorado todo material utilizado, como fantoches, personagens, o tapete, e principalmente a riqueza dos livros explorados, objetivando sempre a construção de novos conhecimentos.

Verificou-se que atividades desafiadoras e lúdicas se tornavam mais atrativas para a aluna, fazendo com que ela participasse mais do que era proposto e geralmente emitindo sinais de avanço no processo de ensino e aprendizagem. Redig e Souza (2016) ratificam que a aprendizagem resulta desta forma, em novas possibilidades

de comportamento.

Assim sendo, os atendimentos foram também planejados com atividades a partir do cotidiano da família, bem como de seus nomes. Faremos aqui um recorte desse processo, retratando os avanços do uso do tapete pedagógico de histórias, para isso, tudo separado por etapas:

1ª etapa: Duração: 2 dias na semana (2h em cada dia)

História: “Chapeuzinho vermelho e os três porquinhos”

Objetivo: Explorar o nome da mãe dos três porquinhos que se chamava LEILA¹, para trabalhar a letra L.

Desenvolvimento:

- *Na segunda-feira*

A história foi contada através do teatro vivo e de personagens do tapete pedagógico. Lavínia participou como Chapeuzinho Vermelho, os três porquinhos eram os personagens do tapete, e a mãe dos três porquinhos era Leila um fantoche de porquinha. A partir da história, comparamos a letra L de Leila com o L de Lavínia.

Atividade: Lavínia desenhou a porquinha e eu registrei o nome da porquinha abaixo do desenho com letras de forma. Em seguida com uma foto de Lavínia, fomos montando seu nome, e ao final comparamos que tanto LEILA quanto LAVÍNIA inicia com a letra L.

- *Na quinta-feira:*

Atividade: Montamos uma porquinha de sucata, para construirmos uma nova história, mantendo o nome da porquinha: LEILA. Em seguida montamos a letra L com canudo.

2ª etapa: Duração: 2 dias na semana (2h em cada dia)

História: “O sapo rei e o príncipe”

Objetivo: Oferecer através do lúdico a possibilidade de explorar a segunda letra do nome de Lavínia.

Desenvolvimento:

- *Na segunda-feira:*

A história trabalhada tinha como personagem vivo o sapo, chamado André, uma camponesa chamada Alice (Lavínia representou a camponesa), e o príncipe Olavo.

A proposta foi explorar os nomes no sapo e da camponesa, para trabalhar a segunda e última letra do nome de Lavínia, a letra A.

Atividade: Após a história, Lavínia montou a letra A com palito de churrasco, e colocou envolta da letra a figura do sapo, de uma menina (representando a camponesa) e fez um auto retrato. Depois registramos abaixo das figuras os nomes de cada imagem:

1 Também utilizamos nome fictício para a preservação da identidade.

SAPO – **A**NTÔNIO/ CAMPONESA – **A**LICE

PRÍNCIPE - OLAVO/ LAVÍNIA

Depois, Lavínia pintou em qual local podia identificar a letra **A** nos nomes dos personagens e no próprio nome, e comparar o nome que não aparecia a letra **A**.

- *Na quinta-feira:*

Atividade: Lavínia reconta a história criando da forma que desejar. Assim, Lavínia enfeitou a mãe de Camponesa, o irmão de sapo, e foi mostrando no tapete o enredo da história, conseguindo desenvolvê-la com início, meio e fim.

3ª etapa Duração: 2 dias na semana (2h em cada dia)

História: “Dona Úrsula tem um sítio”

Objetivo: Trabalhar através da história cantada, com instrumentos, a letra **U**, explorando o nome da dona Úrsula.

Desenvolvimento:

- *Na segunda-feira:*

Baseada na música “Seu Lobato tinha um sítio”, adaptamos para Dona Úrsula, e utilizamos diversos instrumentos: flautinha, violão, tambor e sanfona. E cantávamos trocando os nomes dos instrumentos: Dona Úrsula tinha um sítio, ia, ia ô. E no seu sítio tinha uma FLAUTINHA, ia, ia, ô. Era flim, flim pra lá, era flim, flim, flim pra cá. Era flim, flim, flim, para todo lado, ia, ia, ô.

Cada vez que saía um instrumento da bolsa de histórias, LAVÍNIA se empolgava cada vez mais, querendo tocar, e ao mesmo tempo imitar o som do instrumento. Essa atividade favoreceu o estímulo para trabalhar a fala. A aluna tapava a traqueostomia e imitava o som das letras.

Atividade: Ao final da história cantada, montamos uma sanfona de dobradura, e Lavínia desenhou a dona Úrsula. Depois colamos a sanfona nas mãos de Dona Úrsula. E para alcançar o objetivo dessa atividade exploramos a letra **U**.

- *Na quinta-feira:*

Atividade: Montamos os instrumentos com materiais de sucata, e envolvemos (eu e Lavínia) os familiares da aluna, para cada um sentar no tapete pedagógico de história, conforme fosse aparecendo o nome dos instrumentos na música.

3ª etapa: Duração: 2 (dois) dias na semana (2h cada dia)

História: “A festa na roça de seu Roberto”

Objetivo: Trabalhar as características da roça, explorando a letra R de **ROÇA**, e letra **R** de Roberto, e comparar com a letra R de LAVÍNIA.

Desenvolvimento da Atividade:

- *Na segunda-feira:*

Montamos um cenário no tapete, retratando tudo que encontramos na roça. E

fui contando como era a vida do seu Roberto. Mostramos a plantação do sítio do seu Roberto, depois apresentamos os animais que viviam no sítio, e fomos imitando o som de cada animal. Mostramos as características do lugar, com carroças, bicicletas e muitas fazendas. A atividade facilitou o exercício da fala, através dos sons dos animais.

Atividade: Montamos um gato de dobradura, e um passarinho. Lavínia desenhou seu Roberto, e colamos os animais perto do desenho. Montamos com alfabeto móvel o nome ROBERTO e o nome de LAVÍNIA. Depois solicitamos que ela retirasse apenas a letra R das palavras. E assim ela fez.

- *Na quinta-feira:*

Atividade: Nesse dia, encontramos algo muito especial. Lavínia estava vestida com roupa de festa junina, me esperando. Quando perguntamos se ela gostaria de montar uma festa na roça, ela afirmou que sim. E foi aí que iniciamos o planejamento para a festa.

O que me marcou profundamente foi que pela primeira vez, Lavínia se posicionou como “senhora” do seu próprio destino, sinalizando para todos nós o que gostaria de fazer, como fazer, e de que forma fazer. Nesta etapa, percebemos que embora não estivesse inicialmente dentre os objetivos principais, todo o trabalho até aqui desenvolvido contribuiu para a construção da identidade de Lavínia, que se viu e se mostrou mais do que alguém que precisa de cuidados contínuos, mas alguém capaz de construir e contribuir.

5ª etapa: Duração: 2 (dois) dias na semana (2h cada dia)

- *Na segunda-feira e na quinta-feira*

Objetivo: Organização dos materiais para festa na roça, escolha das vestimentas para o dia da festa; e confecção do convite com a assinatura da aluna no convite, registrando as duas letras iniciais: L e A (LA). Explorar as letras que compõem o nome de Lavínia.

Planejamos durante esses dois dias, organizar os detalhes da festa. A família de Lavínia havia se organizado, e cada um colaborou com prendas e doações para que a festa de Lavínia fosse um sucesso. Tivemos também apoio de alguns amigos da mãe de Lavínia, e de algumas Implementadoras da Coordenadoria de Educação Especial - CEE/SME.

Vale ressaltar, que o fato de poder assinar o convite, fez com que a aluna se sentisse importante, e para cada convite que ela assinava, Lavínia repetia as letras L e A, fechando com o dedo a traqueostomia, para que o som das letras saísse pela boca. Algo muito simples para os ditos “normais”, mas tão importante e necessário para Lavínia.

O convite para festa junina foi distribuído para os amigos e familiares da aluna,

assim como para a família de outro aluno que também é atendido no APD, para que as famílias pudessem ter um momento de interação.

6ª etapa: O objetivo deste dia foi construir a festa junina, que nomeamos como “Festa na roça” na casa da aluna.

Duração: 1 dia, dividido em dois turnos:

Manhã- Organização do espaço: Para arrumar o espaço tive a contribuição não só dos pais da aluna, mas também, dos avós, da técnica de enfermagem que estava de plantão na casa da aluna no dia da festa.

Tarde- A festa: Assim como festa junina escolar, montamos uma festa com comidas típicas, pescaria, jogo da argola, totó e danças.

Tivemos a participação dos vizinhos, representantes da Coordenadoria de Educação Especial, membros da igreja da mãe da Lavínia, a mãe do outro aluno acompanhado pelo APD, familiares da Lavínia, como tias, primos, avós maternos e paternos.

A festa foi a culminância desse processo inicial, fazendo uma ponte de acesso entre o processo de aprendizagem e a real inclusão da aluna, mesmo que sendo o evento realizado em sua casa, era possível evidenciar nas falas dos familiares e amigos, que nunca haviam participado de uma festa com a estrutura escolar no espaço de casa, e que era possível verificar a garantia de participação das crianças nas brincadeiras propostas, independente de suas limitações.

Poder construir com Lavínia e sua família, com apoio da Coordenadoria de Educação Especial e da técnica de enfermagem, uma festa que pode proporcionar mais um momento lúdico e de interação, para a pequena Lavínia, trouxe para mim, um sentimento de dever cumprido, um sentimento de cuidado integral, de humanização, de vínculos, de aprendizagem.

Após essas etapas, a proposta foi dar continuidade na ação pedagógica, e de forma permanente oferecer outras atividades lúdicas, pautadas em histórias, teatros e contos infantis com objetivo de desbravar junto com Lavínia outros conteúdos que compõem o currículo destinado a Educação Infantil, assim como outros temas transversais.

Importante dizer, que a partir do nome, Lavínia começou a conhecer outras letras, e comparar iniciais de outras palavras, o que evidencia que o lúdico, as histórias, o imaginário, os objetos concretos, tudo isso de forma integrada, construíram “pontes” para o processo de desenvolvimento de sua aprendizagem.

Tendo em vista a importância do trabalho realizado no APD, o presente relato, foi apresentado no *I Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar – Re-imaginando a escola inclusiva: políticas, práticas e inovações*, realizado em junho de 2019, em Florianópolis/ Santa Catarina.

4 | CONCLUSÃO

Redig e Souza (2016) nos levaram a compreender a importância de rever em nossas práticas, quais as oportunidades de desenvolvimento e construção de aprendizagens, oferecemos aos sujeitos com comprometimentos graves inseridos no contexto escolar, além disso, quais expectativas e objetivos são traçados para os mesmo, tendo em vistas as oportunidades e possibilidades de aquisição de novos conhecimentos.

No cenário geral, foi possível registrar as dificuldades de articulação do trabalho pedagógico entre a Unidade Escolar, a família e o APD. A falta de diretrizes que possam orientar e subsidiar todas as 180 escolas da Rede Municipal de Ensino quanto à existência e a operacionalização deste atendimento fazem com que o acesso ao mesmo permaneça restrito. Em nossa busca para fundamentação teórica do trabalho realizado no APD, constatamos que é necessário desenvolver mais estudos e materiais que abordem o tema, uma vez que poderão subsidiar ações como a experiência aqui descrita.

Outro fator que foi possível verificar é que ainda não há um trabalho colaborativo. A demanda de organização e funcionamento do APD está para além do pedagógico e envolvem diversos fatores e personagens. Neste caso relatado, tal modalidade foi substitutiva ao Ensino Comum e não complementar ou suplementar como orientam a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto 7.611 (BRASIL, 2011).

O presente trabalho evidenciou ainda, em termos de pesquisa, a escassez de materiais no que se refere a estudos científicos que aprofundem as discussões acerca do funcionamento desta modalidade no âmbito da Educação Básica.

No que se refere aos objetivos propostos com relação à aluna, foi possível observar o significativo desenvolvimento de Lavínia, não só no que diz respeito às questões cognitivas, mas de seu desenvolvimento integral, inclusive no estímulo da fala, no processo de inclusão social e na busca pela autonomia. Lavínia é encantadora, uma verdadeira guerreira, demonstra evidente evolução dia após dia, avançando e superando todos os obstáculos que sua síndrome lhe impõe.

Conforme mostra o relato, Lavínia conseguiu em curto tempo assimilar as letras do seu nome, utilizava a princípio materiais de apoio para escrever. Atualmente ela consegue selecionar todas as letras através do alfabeto móvel, e já escreve as primeiras letras.

O meio encontrado para avaliar Lavínia se deu a partir planejamento proposto, dos aspectos lúdicos, a reflexão do que foi visto na contação das histórias e utilizando alguns fragmentos para comparar com o conteúdo que era preciso trabalhar, e a partir daí o professor era o facilitador nesse processo de Lavínia em construir sua

escrita e identificar a letras, baseada nas histórias.

No processo de construção da aprendizagem, a aluna vem alcançando os resultados esperados, e o retorno não é só da própria Lavínia, porém temos obtido relatos da família e dos profissionais da saúde, que atuam na Home Care, afirmando que Lavínia tem apresentado satisfação com o APD, apresentando para todos que chegam à sua casa, as atividades e materiais utilizados e produzidos no atendimento.

Embora a prática pedagógica construída no APD tenha sido um alicerce estruturante para vida escolar de Lavínia, uma vez que esta foi sua primeira experiência de escolarização e com o ensino acadêmico, não foi possível sua plena inclusão no espaço escolar devido suas limitações de saúde, que até a presente data, não recebeu alta médica.

Em suma, vislumbrar uma prática educativa, de forma lúdica, prazerosa e produtiva, integrando a ação do professor, com a família, com a escola em que a aluna está matriculada e juntamente com os profissionais da área da saúde, foi algo desafiador e gratificante. Esse trabalho não pode ser considerado menos que uma atuação de apoio ao desenvolvimento integral, concretizando os princípios da humanização, que visa fazer com o sujeito e não pelo sujeito.

Assim sendo, com essa afirmativa resume-se que a construção do saber é realizada junto com a pequena Lavínia, vencedora em todos os processos necessários que a vida lhe oferece. O processo ensino aprendizagem é mais um grande desafio, porém que pode ser vivido e desenvolvido de modo totalmente prazeroso.

Diante do exposto, essa proposta é indicada para outras experiências no Brasil a fora, que possuem a prática do APD, como modalidade do AEE, para garantia de acesso ao ensino, com a expectativa da inserção no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394**. Brasília:MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução do Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, nº 2, de 11 de Setembro de 2001. **Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de Setembro de 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação**

Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica, nº 4, de 02 de Outubro de 2009. **Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Diário Oficial da União, Brasília, 05 de Outubro de 2009.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Novembro de 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora: Paz e Terra. 2011.

REDIG, A. G; SOUZA, F. F de. **Atendimento Educacional Especializado na modalidade domiciliar: funcionamento e organização.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, nº 35, p. 68-86, set/dez. 2016.

VIEIRA, S. V. da S. **Estudo de Caso sobre a Implementação do Atendimento Pedagógico Domiciliar em Belford Roxo/ RJ.** Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói: (s.n.), 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A inclusão escolar 1, 11, 16, 17, 32, 34, 35, 36, 39, 48, 50, 64, 68, 116, 117, 147, 148, 234, 235, 245
Altas habilidades/superdotação 89, 90, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141
Ambiente de escolarização 189
Aprendizados 169, 178, 179, 181, 186
Artes 23, 102, 132, 134, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 285, 291
Atendimento educacional especializado 10, 41, 53, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 119, 121, 131, 147, 151, 201, 203, 204, 209, 210, 224, 229, 233
Atendimento pedagógico domiciliar 119, 120, 130, 131
Autismo 53, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 80, 153, 207
Avaliação 77, 85, 93, 95, 99, 102, 103, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 147, 148, 152, 153, 160, 173, 204, 233

C

Comunidades quilombola 220, 225, 231
Corpo 4, 39, 81, 85, 133, 139, 161, 164, 167, 175, 204, 217, 265, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 295, 296, 297, 298, 299

D

Deficiência intelectual 11, 15, 17, 19, 20, 22, 64, 73, 153, 154, 207, 226, 233, 236
Deficiência visual 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 88, 91, 232, 238, 242
Desenho universal 53, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 146, 147, 148

E

Educação ambiental 149, 150, 151, 152, 158, 159
Educação decolonial 211, 212
Educação no brasil 24, 25
Educação sexual 47, 163, 168, 246, 247, 276, 278, 296, 298, 300
Ensino fundamental 11, 15, 26, 77, 108, 109, 115, 116, 142, 148, 178, 184, 195, 211, 221, 232, 236, 297
Escola do campo 169, 172, 177
Escolarização 47, 59, 130, 140, 141, 147, 175, 177, 189, 192, 199, 220, 221, 223, 228, 229, 232
Étnico-racial 117, 160, 168
Exclusão 1, 18, 24, 29, 33, 34, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 67, 78, 79, 82, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 174, 175, 191, 231, 247, 276

G

Gênero 32, 33, 34, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 115, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 175, 190, 250, 270, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Gestão escolar 108, 109, 110, 114, 116, 140

Gestores 17, 111, 116, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 220, 231

H

Humanística 160

I

Identidades 7, 26, 53, 57, 61, 62, 71, 168, 288, 294, 297, 298, 299

Inclusão de surdos 105, 258, 261

Inclusão escolar 1, 11, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 49, 50, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 76, 94, 95, 116, 117, 128, 135, 140, 142, 143, 147, 148, 184, 187, 188, 190, 194, 200, 209, 220, 221, 225, 232, 233, 234, 235, 245

Inclusão social 4, 22, 37, 60, 108, 109, 110, 116, 129, 148, 149, 151, 174, 175, 200, 225

Institucionalização 25, 114, 118, 201, 204, 206, 207, 208, 210, 251

L

Libras 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 244, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

Linguística 101, 106, 244, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 271, 275

M

Mediador escolar 1, 6, 7

N

Necessidades especiais 13, 14, 16, 18, 21, 22, 71, 72, 116, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 185, 191, 236, 246

Nome social 32, 34, 48, 50, 51, 52

P

Pae 140, 141, 142, 146, 147

Pertencimento 27, 54, 57, 61, 189, 199, 216

Política 6, 7, 9, 25, 28, 36, 37, 45, 46, 48, 50, 73, 75, 76, 78, 85, 89, 93, 95, 97, 98, 105, 106, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 187, 191, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 218, 225, 229, 231, 232, 246, 261, 266, 271, 275, 288, 297

Processo de brincar 1, 8

Psicologia escolar 52, 169, 170, 171, 172, 177, 189, 194, 195, 199, 200

Psicologia histórico-cultural 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 169, 177

R

Rede de ensino básico 87

S

Sexualidade 39, 47, 51, 239, 240, 241, 247, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 287, 288, 289, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300

Superior 13, 26, 29, 30, 73, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 111, 115, 134, 137, 138, 161, 162, 163, 164, 202, 208, 209, 218, 242, 259, 262, 270, 275, 280, 292

T

Técnico e tecnológico 87

Tecnologias assistivas 9, 53, 54, 92, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233

Transexuais 32, 34, 37, 50, 51, 52

Travestis 32, 34, 37, 50, 51, 52

U

Universidade 1, 11, 24, 31, 65, 73, 95, 108, 117, 118, 119, 132, 136, 139, 140, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 183, 189, 200, 220, 222, 232, 233, 234, 246, 247, 248, 258, 259, 261, 262, 263, 270, 275, 296, 300

 **Atena**
Editora

2 0 2 0